

A L O C U Ç Ã O   D E  
Á L V A R O   C U N H A L  
à  
R Á D I O   P O R T U G A L   L I V R E  
em  
16 de Outubro de 1969



Alocução de Alvaro Cunhal

secretário geral do Partido Comunista Português  
feita aos microfones de Radio Portugal Livre  
em 16 de Outubro de 1969

Portugueses! Portuguesas!

Camaradas! Companheiros da luta anti-fascista!

Em torno das chamadas "eleições" para a Assembleia Nacional, trava-se uma grande batalha política. Dum lado o povo português, as forças democráticas. Do outro os seus opressores, a ditadura fascista. Os fascistas pretendem eternizar o regime de opressão, de repressão, de fome, de submissão ao estrangeiro, de guerra colonial. Os democratas lutam para que, depois do pesadelo de 43 anos de fascismo, o povo português conquiste finalmente a liberdade e Portugal encontre o caminho da democracia, da verdadeira independência, da paz e do progresso social.

Um ano atrás, ao ser designado primeiro ministro, M. Caetano procurou fazer crer que iria iniciar uma nova política de liberalização e renovação. Um ano, em que os factos desmentiram dia a dia palavras, promessas e ilusões, bastou para desmascarar completamente a demagogia "liberalizante". O governo de M. Caetano, governo de "União Sagrada" dos vários clãs fascistas, continuou a negar ao povo português as liberdades mais elementares. Continuou a intolerância, o ódio e a repressão. Continuou o regime da polícia secreta e do partido único. Continuou a guerra colonial. Aumentou o controle directo dos monopólios sobre a vida económica e política nacional e a exploração das classes trabalhadoras. Continuou a perseguição à cultura e ao ensino. Agravou o <sup>enfocamento</sup> ao imperialismo estrangeiro e a política externa voltada para as alianças mais reaccionárias. Ontem com Salazar, hoje com M. Caetano, o inimigo do povo e da nação é o mesmo: a ditadura fascista.

É contra esse inimigo que o movimento democrático trava agora combate na chamada campanha "eleitoral". E tem razões para trava-lo com confiança.

Vivemos de facto um momento excepcional na vida política portuguesa. Muitas outras grandes e corajosas lutas contra o fascismo têm tido lugar ao longo dos anos. A batalha actual adquire porém um significado particular, pois raramente, em anos anteriores, as condições se apresentaram tão favorá-



veis para as forças da democracia.

O regime entrou na campanha "eleitoral" numa posição defensiva, diminuído pelo fracasso da manobra "liberalizante", enfraquecido pelas suas contradições internas, isolado das massas, a braços com dificuldades económicas e políticas para as quais é incapaz de encontrar solução, envolvido numa guerra injusta e criminosa contrária aos interesses do povo e da nação, uma guerra que pretende poder ganhar, mas que acabará inevitavelmente por perder, fazendo entretanto pagar pesado tributo em sacrifícios, em privações e em vidas ao nosso povo, à nossa juventude.

As forças democráticas entraram na campanha "eleitoral" fortalecidas por um ano de sucesso na acção política, animadas pela capacidade que demonstraram de tomar nas suas mãos a iniciativa e de passar à ofensiva, assentes num amplo movimento unitário organizado que souberam criar e que conta com muitos milhares de activistas, e apoiadas, nos seus objectivos e na sua acção, por amplas massas populares.

As jornadas do 5 de Outubro são, na campanha "eleitoral", o primeiro teste da amplitude do movimento democrático e da inquietação do governo fascista.

A batalha que se está travando em torno das chamadas "eleições" para a Assembleia Nacional não é pois apenas mais uma, igual a tantas outras em anos transactos, que marcaram corajosamente as aspirações democráticas do povo, que alteraram num curto período a vida política nacional, mas não foram capazes de consolidar posições de forma a assegurar o progresso ulterior do movimento. Da batalha actual, travada em condições de grave crise política do regime, de que a própria demagogia "liberalizante" é um índice, e do ascenso, organização, renovação e acção do movimento democrático podem resultar, para além das "eleições" a quebra efectiva do tradicional immobilismo, salazarista, um novo curso da vida política portuguesa, importantes e favoráveis alterações das condições da luta do nosso povo.

Depende da unidade, da organização, da participação das massas, da coragem e determinação dos democratas, que as próximas "eleições" fascistas se convertam num ponto de viragem da política portuguesa, abrindo caminho a novas e maiores lutas, que conduzam ao fim da ditadura fascista e à instauração das liberdades democráticas.

À luta que se trava é comum chamar-se "campanha eleitoral" e "bata-



lha eleitoral". Os fascistas chamam-lhe mesmo "eleições legislativas" e "eleições parlamentares".

Como estas palavras têm significados precisos, que de forma alguma correspondem à presente realidade portuguesa, os democratas têm tido justamente o cuidado de fazer as necessárias distinções.

Nunca é demais lembrar (pois há almas iludidas que o esquecem) que as chamadas "eleições" se realizam no quadro duma ditadura fascista, para um órgão do Estado fascista, para uma Assembleia fascista que ainda recentemente, no seu discurso de 27 de Setembro, M. Caetano defeniou como um passivo "auditório", que serve para que através dele o governo se faça escutar pela nação, auditório cuja importância diminui, e quase pode ser dispensado, segundo M. Caetano, na medida em que a técnica moderna permite aos chefes de governo falarem pela rádio e pela televisão em "Conversas de família". A Assembleia Nacional nunca foi nem poderá ser um parlamento, enquanto a ditadura fascista existir.

Depois, para a escolha dos componentes duma tal Assembleia, o que o governo prepara não são "eleições" dignas deste nome, não é uma consulta efectiva ao povo português. As "eleições" estão viciadas e viciado está o seu resultado, desde o momento em que os fascistas impediram a intervenção da Oposição no recenseamento e cozinham um recenseamento falsificado, no qual, segundo as declarações do ministro do Interior, inscreveram officiosamente sem qualquer fiscalização cerca de 1 milhão e 800 mil eleitores ou pseudo-eleitores, em confronto com as escassas 28 mil inscrições que teriam sido requeridas.

A par do recenseamento falsificado o governo levanta toda a espécie de obstáculos à acção da Oposição, dá poderes às autoridades locais para dissolver Comissões Democráticas, proíbe e interrompe reuniões, impede oradores de tomarem a palavra, institui a censura prévia obrigatória de toda a propaganda, corta comunicados da Oposição, anula candidaturas por mera decisão de governadores civis, ameaça, e intimida, e uma vez mais no 5 de Outubro mostra a sua verdadeira face, a sua tão apregoada "tolerância" e vontade de criar um "espírito de convivência", lançando as forças repressivas, as matracas e os cães, contra os manifestantes.

Ao contrário do que os fascistas afirmam, não haverá "eleições sérias e honestas", mas apenas uma "burla" eleitoral que o governo cuidadosamente prepara.



Sendo assim, a atitude mais justa da Oposição não teria sido a abstenção como defenderam e continuam a defender os liberais da Acção Democrato-Social? Como se justifica, que, apesar da natureza fascista da Assembleia Nacional, do recenseamento falsificado, das limitações à acção democrática, da repressão, da burla "eleitoral" que se prepara, do propósito fascista de legitimar a ditadura com uma pretensa "vitória eleitoral", - como se justifica que nessas condições, a Oposição democrática não tenha tomado a posição abstencionista e tenha pelo contrário reclamado a concorrência às "eleições", se tenha preparado e organizado para elas, conduza agora a campanha "eleitoral", e muito possivelmente (se as condições o aconselharem) venha a fazer apelo aos eleitores para que votem nos seus candidatos?

Quando a Acção Democrato-Social, embora expondo de forma incisiva e documentada (e esse é o seu mérito) a ausência de liberdades e a burla "eleitoral" em preparação, insiste em condenar a apresentação de candidatos e a participação na campanha "eleitoral" como uma caução ao regime e até "uma forma de colaboração com a situação" (assim o dizem) e continua a defender a abstenção sem que ao mesmo tempo indique qualquer outro caminho na luta contra o fascismo, o que defende no fim de contas, não apenas a abstenção "eleitoral", mas a abstenção da acção política, a inacção, a passividade, o silêncio, a cómoda e desalentada atitude de braços cruzados, na miragem de que os próprios fascistas, por vontade própria ou talvez por influência de duas declarações anuais da Acção Democrato-Social, sejam tomadas um dia por súbita ingenuidade ou escrupulo e se decidam a convocar verdadeiras "eleições", que inexoravelmente os escorraçariam do poder.

Ao contrário: quando o movimento da Oposição democrática se decidiu a lutar no terreno "eleitoral", não foi por pensar que M. Caetano iria realizar eleições livres, mas porque o propósito declarado de participar nas "eleições" fascistas primeiro, e a apresentação de candidaturas depois, lhe permitiram dar um novo impulso à luta pelas liberdades fundamentais, conduzir uma vasta campanha política, organizar e interessar na acção milhares de portugueses que se encontravam dispersos e inactivos, criar novos instrumentos e novas possibilidades de prosseguir a luta pela democracia.

O desenvolvimento impetuoso do movimento democrático e os sucessos alcançados num ano de luta comprovam inteiramente a correcção de uma tal orientação.

M. Caetano e os fascistas estariam interessados na concorrência às



"eleições" duma Oposição dócil, colaboracionista, anti-comunista, inofensiva, aceitando o colete de forças da legalidade fascista, não contestando o regime nem o Estado Novo Corporativo. Tão interessados estariam numa tal Oposição, que, como é sabido chegaram a oferecer a alguns oposicionistas a participação em "listas mistas" com a União Nacional e a subsequente entrada na "Assembleia Nacional" pela porta do cavalo.

Se os democratas mais consequentes e combativos não se tivessem unido, não tivessem tomado a iniciativa nas suas mãos, não tivessem encabeçado decididamente a luta da Oposição no terreno "eleitoral", não tivessem neutralizado a influência no movimento democrático das tendências para o compromisso com o regime, - a Oposição apareceria à mesma a disputar as "eleições", mas representada então, não por um movimento unitário democrático consequente e combativo, mas por oportunistas fazendo objectivamente pelo menos, o jogo do fascismo. Alguns se prontificavam a ser uma tal Oposição e parecem mal agradecidos porque a força do movimento unitário e a pressão das massas os salvou de tão desastroso passo.

Uma tal Oposição, essa sim, daria uma caução à manobra demagógica do regime e à sua fabricada "vitória eleitoral".

A Oposição que aparece a concorrer às "eleições", que entra na campanha "eleitoral", não é porém, apesar de algumas raras vezes destuantes, essa Oposição inofensiva desejada pelos fascistas.

Por isso o governo fez inúmeras tentativas para impedir a organização do movimento democrático com vistas à participação nas "eleições", para ilegalizar, proibir e dissolver as comissões democráticas e paralizar a sua acção, para impedir a apresentação das suas candidaturas. O movimento organizado da Oposição democrática não existe por qualquer dádiva ou condescendência do fascismo, nem do "liberalizante" M. Caetano. A sua formação, a sua **actividade**, a sua própria subsistência ante as repetidas ofensivas fascistas, devem-se à luta corajosa dos democratas, à acção infatigável de homens, mulheres e jovens das mais variadas tendências políticas, que souberam unir-se na luta contra a ditadura e a sua demagogia liberalizante. Se chegamos à campanha eleitoral com um movimento radicalizado, combativo, organizado, mais poderoso do que cuidam os eternos pessimistas ou os políticos que vivem do passado, isso deve-se ao facto de que, no ano decorrido, o movimento democrático soube inteligentemente aproveitar as possibilidades abertas pelas "eleições" fascistas e pela crise do regime, porque se desenvolveu na base da unidade, na acção



e para a acção, da unidade assente no apoio popular, porque foi fortalecido e dinamizado pelas grandes acções de massas da classe operária, dos estudantes, dos democratas, em choque frontal contra o fascismo.

Num ano de esforços e de luta, a Oposição democrática ganhou uma primeira batalha: aquela que lhe assegura estar presente na campanha "eleitoral" com 100 candidatos não como a Oposição dócil e colaboracionista com que M. Caetano sonhava e que alguns em certo momento se sentiam tentados a constituir, mas como uma verdadeira Oposição democrática, corajosa, enraizada no povo, fiel às reivindicações democráticas, olhando confiante o futuro.

Desmascarando a política e a **demagogia** fascista e a falsidade das suas "eleições", empunhando firmemente a bandeira das reivindicações populares, senhor duma organização nacional em pleno desenvolvimento e duma ampla base de apoio, o movimento democrático, ao aparecer no terreno "eleitoral", afirma-se como um grande movimento nacional de massas, que longe de caucionar o regime fascista e as suas manobras, obriga o fascismo a recuar em numerosas frentes, conquista posições e avança corajosamente a questão contral da política portuguesa: a exigência do fim da ditadura fascista, a instauração das liberdades democráticas.

É esse o objectivo do movimento democrático, a sua única razão de ser e o motivo da sua presença na chamada "batalha eleitoral".

É esse objectivo que tem em vista ao colocar justamente, na presente fase de luta reivindicações parciais limitadas, que por si não decidem no imediato do derrubamento do fascismo, mas cuja importância é decisiva para prepará-lo.

A luta por essas reivindicações desenvolve-se em três direcções principais.

A primeira respeita às próprias "eleições".

Um ano de luta evidenciou que as possibilidades, embora contingentes, de acção, reunião, propaganda e organização do movimento democrático, assim coma a presença na campanha "eleitoral" dos sectores mais consequentes e combativos da Oposição coesos num movimento unitário, não resultaram de concessões graciosas do governo, mas da luta pertinaz dos anti-fascistas portugueses.

O governo tudo tem feito para impedir reuniões, assembleias, publica-



cação e difusão de documentos, criação de comissões eleitorais. Repetidas vezes declarou a sua ilegalidade e fez intervir as forças repressivas. Foi a amplitude do movimento, a sua firmeza política, a sua capacidade para encontrar formas maleáveis de organização, o largo apoio de massas, que forçou o governo a recuar e a admitir como legal o que numerosas vezes declarou "clandestino" e "subversivo".

Mesmo no que respeita ao processo "eleitoral", o governo, colhido no jogo da sua própria demagogia, foi forçado, pela insistente pressão do movimento, a atender a algumas reclamações (relativas à consulta e cópias dos cadernos eleitorais, à fiscalização e outras), procurando é certo por vezes com uma cedência aparente e tranquilizadora criar novas dificuldades, não alterando o essencial da burla eleitoral, mas estabelecendo úteis precedentes, recuando efectivamente, abrindo novas portas à acção política da Oposição e conferindo reforçada legitimidade às reivindicações democráticas.

Daí poder afirmar-se que é ainda possível até ao acto "eleitoral" obrigar o fascismo a novos recuos e a novas concessões.

Mais ainda: dado o isolamento da camarilha fascista e a amplitude do movimento democrático, não é de excluir (embora nas condições presentes não pareça o mais provável) que, pela desorientação que reina no campo inimigo, pela súbita objectividade (voluntária ou forçada) de funcionários governamentais, pela efectiva fiscalização de todos os trâmites do acto "eleitoral" que aqui ou além possa ser alcançado, venha a ser possível a vitória "eleitoral" da Oposição em tal ou tal distrito. Nas actuais condições políticas, a vitória (num único distrito que fosse) não de candidatos voltados para o colaboracionismo, mas de candidatos do movimento unitário da Oposição, de candidatos firmes e corajosos, seria um importante acontecimento político, e representaria uma quebra do immobilismo político fascista com repercussões altamente favoráveis.

A continuação da luta, até ao último momento da campanha, para alcançar condições mínimas de seriedade do acto eleitoral (o que significa liberdade de propaganda, liberdade de reunião, liberdade de organização, fiscalização do acto eleitoral e outras) é pois uma das principais tarefas da Oposição democrática.

A segunda direcção na luta com objectivos concretos imediatos respeita a algumas das reivindicações mais prementes e sentidas do povo português, ou



seja:

- A luta pela libertação imediata de todos os presos políticos, pelo regresso dos exilados, pela abolição das medidas de segurança, por inquéritos aos crimes fascistas e abusos de autoridade, pela dissolução da PIDE;
- A luta pela abolição da censura e pelo direito de informação;
- A luta pelo reconhecimento da gestão democrática das organizações de massas, designadamente do Sindicatos Nacionais e Associações de Estudantes;
- A luta pela satisfação de reivindicações económicas mais urgentes da classe operária e das massas laboriosas, relativas a salários, a preços, a impostos;
- A luta pelo direito à greve;
- A luta pelo fim imediato da guerra colonial, insistindo na necessidade de estabelecer contactos e negociações com os representantes dos povos de Angola, Guiné e Moçambique;
- A luta por uma viragem na política externa no sentido do convívio internacional e de relações pacíficas com todos os Estados.

A tarefa não é expôr apenas estas reivindicações, inscrevendo-as em proclamações, discursos ou circulares. É sim considerá-las como objectivos a atingir, que podem ser atingidos, e para isso ganhar a opinião pública, chamar as massas, criar organizações, organismos e, se possível, movimentos nacionais, para tomarem à seu cargo a luta respectiva.

A terceira direcção na luta por objectivos concretos imediatos respeitã à continuidade do movimento democrático para além das "eleições" fascistas.

Nenhum perigo maior ameaça neste momento o movimento democrático que o poderem considerar-se as "eleições" para a Assembleia Nacional como o objectivo supremo da actual fase de luta e poder considerar-se que, realizada a previsível burla "eleitoral", a iniciativa política e a acção legal da Oposição ficam esgotadas.

O governo faz um sério esforço, através da propaganda e de ameaças, para criar um tal estado de espírito na Oposição e é certo que procurará de facto, e não apenas em palavras anular os sucessos alcançados no último ano pelo movimento democrático, opôr-se à continuidade da sua acção e organização e reduzi-lo novamente às condições de ilegalidade.



Dai a importância para o movimento democrático, no curto período que resta até às "eleições", de consolidar as posições ganhas no ano decorrido e de assegurar condições para prosseguir a luta para além das "eleições".

O que está em jogo na chamada batalha "eleitoral", não é a alternativa duma maioria fascista ou duma maioria democrática na Assembleia Nacional, uma vez que duma burla "eleitoral" se trata. A alternativa imediata é outra: ou (como pretendem os fascistas) a continuação da privação das liberdades mais elementares, a recondução da Oposição à completa ilegalidade, o regresso ao imobilismo salazarista mesmo que coberto pela demagogia "liberalizante"; ou (como reivindicam os democratas) a defesa do terreno ganho no último ano, o reconhecimento a título permanente da existência legal da Oposição democrática, da sua intervenção na vida política, da sua organização e meios de propaganda e, por esta forma, a abertura de uma nova fase da vida nacional, em que se põcha termo ao monopólio político fascista e se abale profundamente a ditadura e as suas estruturas tradicionais.

Este é um objectivo central, imediato, que nesta fase da luta, a Oposição democrática não pode esquecer um só momento e para alcançar o qual tem de trabalhar com afinco, sentido das realidades, clareza de perspectivas e prontidão de decisões.

A ser alcançado este objectivo, o movimento democrático veria coroado de pleno sucesso todo um período de luta, e conseguiria uma vitória política transcendente, que quase se poderia considerar uma viragem histórica na situação política.

Seria entretanto navegar em ilusões, pensar que a vitória do movimento democrático por estes objectivos imediatos está facilmente assegurada.

O fascismo <sup>dispõe</sup> do aparelho do Estado, das forças armadas e repressivas, da imensa organização burocrática e administrativa, dos recursos materiais da nação e das vantagens que dá a completa falta de escrúpulos. A potencialidade do movimento democrático reside no apoio popular, na devoção ao serviço dos interesses do povo e da pátria, na força moral e revolucionária que confere uma causa justa. Contra os poderosos meios materiais do fascismo, o movimento democrático, nesta fase, não dispõe doutras armas que não sejam o reforço da sua unidade, a ampliação do seu trabalho de organização, a ampla participação na luta política das amplas massas populares.



Saiba servir-se dessas armas e a vitória está ao seu alcance.

Um dos mais importantes factores dos sucessos do movimento democrático no ano decorrido reside na unidade da acção estabelecida entre anti-fascistas de todas as tendências.

O espírito unitário animou a iniciativa para desmascarar a demagogia "liberalizante" de M. Caetano e lhe dar a resposta adequada. Animou as grandes acções de massas da classe operária e dos estudantes que estão na raiz da ampla base de apoio do movimento democrático, da sua dinamização, da sua combatividade, da sua firmeza política.

O espírito unitário animou todo esse grandioso esforço, vinda da base, vindo das oficinas, das localidades, dos sectores profissionais, para dotar o movimento democrático com decisivo instrumento de luta que um ano atrás era praticamente inexistente: uma ampla e dinâmica organização agindo à luz do dia e impondo a sua legalidade.

Saudámos calorosamente todos os democratas portugueses nossos irmãos de combate, homens, mulheres e jovens, católicos progressistas, socialistas, liberais, homens de esquerda - que neste ano decorrido, cerrando fileiras, souberam pôr acima dos interesses de grupo os interesses superiores do movimento democrático no seu conjunto, tornando assim possível <sup>que</sup> se defenissem objectivos comuns a todos os anti-fascistas, que a Oposição assentasse a sua actividade em métodos democráticos, que se chamassem à acção e organizassem milhares de actividades, que se criasse um amplo, vigoroso e renovado movimento unitário sem discriminações, que se pudessem assim pôr em cheque a manobra demagógica "liberalizante" do fascismo e fazer vitoriosamente frente às tentativas para silenciar a voz da Oposição democrática popular.

É certo que, desde a incapacitação de Salazar e a formação do governo de M. Caetano, se manifestaram tendências e concepções diversas no movimento anti-fascista. Uns desmascarando a demagogia "liberalizante" e decididos à acção política anti-fascista consequente; outros iludidos por essa demagogia e tentados ao compromisso com o regime. Uns voltados para a acção das massas populares; outros para as diligências de bastidores. Uns trabalhando para uma larga organização unitária; outros contrariando tal organização a fim de fazerem prevalecer a presença política das suas pequenas estruturas de grupo. Uns insistindo corajosamente em chamar amplos sectores à luta pelas reivindicações imediatas fundamentais; outros limitando-se a marcar posição e contrariando o alargamento da acção no sentido das massas. Uns de-



fendendo métodos democráticos; outros pretendendo paternalmente impôr caciquismos e impedir a participação criadora da base. Uns defendendo a unidade sem discriminações; outros procurando arredar da acção política os sectores de esquerda, considerados como aliados comprometedores aos olhos dos fascistas, ou como incómodos entraves a pretensões hegemónicas. Trata-se de reais diferenças de concepção e de atitude, que não são produto duma conjuntura, antes têm profundas raízes de classe.

O ano decorrido pôs em evidência quais as concepções que se ajustaram à situação e às necessidades da luta e quais as que entravaram e prejudicaram.

Se a Oposição pôde entrar na chamada "campanha eleitoral" com um poderoso e dinâmico movimento, isso deve-se à firmeza no combate à demagogia "liberalizante" dos fascistas, à defesa intransigente das reivindicações fundamentais do movimento democrático, à crescente ligação da vanguarda com as massas, ao sério esforço de organização, à defesa e consolidação da unidade de vastos sectores anti-fascistas sem discriminações.

Isso deve-se também a que, no ano decorrido, os profundos sentimentos unitários existentes no movimento, os altos exemplos de unidade dados nas greves operárias e nas lutas dos estudantes e as exigências prementes das massas no sentido da unidade, contiveram, reduziram e neutralizaram em larga medida as tentativas de certos sectores, mais concretamente da Acção Socialista e mais precisamente de alguns dos seus dirigentes, para fazerem vingar critérios divisionistas, para arredarem da luta legal os comunistas, para impedirem a formação de um largo movimento apoiado nas massas para alcançarem uma legalidade preferencial e o exclusivo da representatividade da Oposição.

Curioso foi ver e ouvir alguns daqueles que ao longo de um ano inteiro levantaram toda a espécie de obstáculos à unidade, declararem-se ostensiva e veementemente por ela, no preciso momento em que espectacularmente a quebravam. E revelarem novamente pretensões a uma situação preferencial fazendo ao movimento unitário acusações susceptíveis de darem pretextos ao governo para contestar a sua legalidade. E apresentarem em três distritos candidaturas dissidentes sob a sigla de Comissões que se intitulam de "Unidade Democrática". Mesmo para olhos desprevenidos, isto não é política de unidade, mas demagogia unitária.



O movimento democrático não se enfraquece antes sai fortalecido, a unidade não se compromete antes é facilitada, expondo a natureza, os objectivos e os prejuizos de tal atitude e insistindo ao mesmo tempo, sem quebrar as pontes e procurando pelo contrário refazê-las, em que a desunião de anti-fascistas só ao fascismo serve e em que a unidade sem discriminações na luta pela liberdade é uma arma poderosa e possível de alcançar.

No momento que actualmente vivemos, os interesses do movimento democrático, o êxito da campanha "eleitoral" e a consolidação de posições tendo em vista a luta para além das "eleições", exigem que o fogo das baterias democráticas se concentre no inimigo comum: a ditadura fascista.

Por isso, não deixando de tirar dos acontecimentos as necessárias lições, combatendo as tendências negativas, vigilantes em relação a eventuais acções divisionistas ou à eventual revivêscência do colaboracionismo, insistimos em que as divergências não devem imperrar a luta de toda a Oposição contra a ditadura fascista.

A existência de mais de uma lista da Oposição em três distritos é sem dúvida um mal. Não há porém razões para dramatizá-la. Seria lamentável, se, na campanha "eleitoral", no aproveitamento das condições excepcionais abertas neste período, viessem ao primeiro plano conflitos, choques e acusações entre correntes e candidatos da Oposição. As divergências na análise da situação política, àcerca dos objectivos ulteriores, àcerca de formas de acção, de métodos de organização, e com mais razão zangas, amuos, cortes de relações pessoais, despeitos, não se podem sobrepôr ao que há de comum a todos os sectores anti-fascistas.

Todos os democratas dizem estar de acordo com a plataforma aprovada na reunião de S. Pedro de Muel. Nessa plataforma há reivindicações (como a Reforma Agrária, a naciolização de todos os bancos emissores, serviços de saúde gratuitos, a resolução pacífica e política das guerras nas colónias na base do reconhecimento dos direitos dos povos à autodeterminação, e várias outras) cuja realização implica uma mudança de regime e sobre as quais existem certamente sérias diferenças de concepção. Tão sérias que alguns que assinaram e em certo momento invocaram essa plataforma se apressam agora a apresentar programas que em larga medida a rectificam.

Há também na plataforma reivindicações de carácter imediato (como o direito de reunião, de associação, de greve, de livre expressão do pensamen-



to e de informação; a libertação de todos os presos políticos e o livre regresso dos exilados; a extinção da PIDE, dos tribunais plenários e das medidas de segurança por delitos de opinião; a autonomia das universidades e associações de estudantes) que constituem objectivos comuns com um mesmo sentido para todos.

Não se devem poupar esforços para que, na luta por esses objectivos, se multipliquem iniciativas dos democratas independentemente das listas que apoiem.

Todos dizem querer a unidade. Que as palavras se traduzam em actos. Que às proclamações unitárias correspondam acções comuns de todos os sectores sem discriminação.

A unidade esteve na raiz dos sucessos dum ano de luta. A unidade é necessária para assegurar novos êxitos nas lutas presentes e naquelas que nos esperam. Que se torne indestrutível a unidade soldada por um ano de luta. Que o movimento unitário, artífice dos sucessos neste complexo período mantenha firmemente a iniciativa nas suas mãos. E que se procure sempre alargar a acção comum a todos quantos pretendem varrer de Portugal a ditadura fascista.

O êxito, tanto no período "eleitoral" como para além dele, depende também, de forma decisiva, da capacidade para fortalecer ainda mais as estruturas unitárias já existentes.

A criação de uma vasta organização com amplas comissões distritais, concelhias, de freguesia, de trabalhadores, de jovens, de mulheres, de sectores profissionais; com a realização frequente e institucionalizada de reuniões e assembleias deliberativas com a participação de dezenas e até centenas de delegados das organizações de base; com um esforço de coordenação que teve significativas expressões nas reuniões de Alcobaça, S. Pedro de Muel e Palácio Fronteira; com a convergência da acção a partir do "topo" com a vaga de fundo, a combatividade, a energia e a confiança vinda da base; com o reforço dos núcleos de direcção com centenas de novos combatentes revelados no processo de luta; com a adopção de renovados métodos democráticos que provocam o interesse e criam o sentido da responsabilidade de milhares de activistas; - a criação deste amplo movimento unitário organizado é a mais importante das realizações do movimento democrático no ano decorrido e a base fundamental da sua actual força política e mobilizadora.



Seria um erro susceptível de comprometer o futuro, se, neste período de campanha "eleitoral", o movimento democrático repousasse no trabalho já feito, considerasse suficiente a organização unitária criada e parasse no esforço para a alargar e reforçar. Tanto para a própria batalha "eleitoral" como para a luta após as eleições, é tarefa imperiosa levar a organização democrática a todos os recantos do país, fortalecê-la nas fábricas, nos campos, nas escolas, nos sectores intelectuais e nos mais diversos sectores profissionais, criar movimentos organizados como base da luta pelas diversas reivindicações democráticas (Amnistia, direito à informação e outros), impulsionar decididamente a organização dum amplo movimento nacional da juventude e dum amplo movimento nacional de mulheres e saber criar, promover, animar, armar de iniciativa e de sentido de responsabilidade centenas, mesmo milhares, de novos quadros. A par deste esforço incansável de alargamento e de estruturação para conduzir no imediato a luta pelas reivindicações democráticas e para apoio dos candiados, o movimento democrático, olhando o futuro, não pode perder tempo para tomar medidas a fim de que a vasta organização unitária esteja preparada no plano orgânico, no plano de quadros, no plano de disposição combativa, para enfrentar, após as "eleições", a previsível ofensiva fascista para a ilegalizar e dissolver.

Poder-se-á dizer que o tempo que resta é pouco e não chega para tão exaustivo labor. É porém bem certo que, em períodos de luta política como o actual, se anda mais numa semana que em anos inteiros de estagnação. Todas estas tarefas estão ao nosso alcance.

A organização democrática unitária, com os métodos democráticos adoptados, adquiriu já um carácter de massas. Mas, por muito ampla que seja a organização, ela não toca as centenas de milhares de portugueses, os milhões de portugueses, que, num período como o actual, estão desejosos de intervir na arena política.

A participação das mais amplas massas populares na luta política tem de considerar-se a direcção fundamental do movimento democrático pois sem essa participação não será possível a vitória na luta contra a ditadura fascista e pela liberdade.

Talvez que a mais grave deficiência do movimento democrático no ano decorrido tenha consistido numa actividade demasiado fechada e interna das estruturas em formação e na falta de audácia para chamar as mais amplas massas à participação na acção política. Uma tal deficiência, a persistir no momen-



to actual, roubaria ao movimento democrático a fonte da sua vida e da sua força.

Vivemos um momento em que, às reuniões de dezenas e de centenas de activistas, se devem suceder as grandes assembleias e manifestações de milhares de portugueses dispostos a lutar pela liberdade. Chegou a hora de mobilizar as massas em apoio do movimento democrático e dos seus candidatos, na luta contra os atropelos e ilegalidades fascistas, na luta por "eleições" com um mínimo de seriedade, na luta pelas reivindicações democráticas fundamentais, na luta para impôr o direito da Oposição democrática a uma permanente actividade legal.

Da força organizada que se consiga acumular neste período "eleitoral" e da capacidade de mobilização das massas depende a defesa e a consolidação do movimento democrático e o seu sucesso na batalha "eleitoral" e para além dela.

Faltam poucos dias até ao acto "eleitoral" fascista. Os acontecimentos sucedem-se velozmente. Talvez algumas das palavras agora ditas, cheguem tarde ou desatualizadas. Dentro de dias terminará um ciclo de luta dos democratas portugueses.

Agora não é o povo, mas o fascismo que tem medo. Os obstáculos levantados à campanha da Oposição, as crescentes medidas repressivas, o arrastar de espadas dos generais, a exaltação e facciosismo fascistas que irrompem através do superficial verniz "liberalizante", o reforço da "união sagrada" dos vários clãs fascistas transparente nas próprias candidaturas da União Nacional, - são disso testemunho.

A ofensiva democrática e popular encurrála o regime na demagogia "liberalizante", através da qual procura ganhar tempo e salvar-se. O campo de manobra do fascismo restringe-se cada vez mais. Uma vez realizadas a "eleições" para a Assembleia Nacional, o governo terá que defenir em novos termos a sua política. Invocando uma "vitória eleitoral", a aprovação pelo eleitorado do regime e da orientação marcelista, é de prever que, mantendo afevelada a máscara "liberalizante" e preparando novas afirmações e medidas demagógicas, lance ao mesmo tempo uma contra-ofensiva política e repressiva para recuperar o terreno perdido e jugular o rápido ascenso do movimento democrático.

Nos quarteis são detribuidos panfletos de oficiais nazis apelando para



um golpe das forças armadas em "defesa da ordem", que no fim de contas só o regime perturba. Linguagem semelhante usa o ministro da defesa e o chefe do Estado Maior. A situação política actual não propicia porém tais aventuras. O recurso a uma grande vaga de terror não resolveria as dificuldades que o regime atravessa e provocaria reacções que o regime procura precisamente evitar.

É o fascismo que está interessado em empurrar os democratas, seja para a descrença nas suas forças e a súbita quebra da iniciativa e da acção como resultado da burla eleitoral, seja para imediatas reacções de desespero em que comprometeriam os sucessos alcançados e queimariam as suas melhores energias.

Preparando-se para fazer frente à contra-ofensiva fascista, vigilante quanto ao evoluir da situação para adoptar a orientação e as medidas correspondentes, o movimento democrático, na fase actual, não deve deixar afastar-se dos objectivos da luta legal que se propôs e das formas de acção que adoptou. O movimento democrático está hoje extraordinariamente mais forte do que estava um ano atrás e, em qualquer caso, sairá desta etapa em condições mais vantajosas para prosseguir.

Neste período, o Partido Comunista Português tem actuado e actua em condições muito particulares. Partido da classe operária, único partido revolucionário, único que mereceu a honra de ser explicitamente excluído da "tolerância" anunciada pelo governo de M. Caetano, forçado à clandestinidade, acusado simultaneamente de "recusar a submeter-se à lei" e de "procurar o abrigo da legalidade", com os seus dirigentes presos ou clandestinos, perseguidos os seus militantes, - o Partido Comunista Português está ciente de ter dado ao movimento democrático (à sua orientação, à sua acção política, à sua organização) o contributo que era legítimo exigir da responsabilidade que lhe cabe.

A todos os membros do Partido, militantes anónimos do povo português, a cuja acção dedicada e corajosa nestas complexas condições estão ligados muitos dos sucessos alcançados, vão neste momento as nossas ardentes saudações e a plena certeza de que não poupam trabalhos, cansaças, sacrifícios, para assegurar o êxito à luta sem tréguas que o nosso povo trava contra a ditadura fascista.

Portugueses! Portuguesas!

Camaradas! Companheiros da luta anti-fascista!

Unidos por um Portugal democrático e independente, continuemos a ofensiva! Abaixa a ditadura fascista! Viva a Liberdade